

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
3498404120220520080650

Processo 0828159-73.2020.8.23.0010 ☆ - (566 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Simplificar: <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-da-area-judicial>

Informações Gerais

Vínculos (0)

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao **Data do Movimento(Período):** à

Descrição:

79 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 79

500 por pág. ▼

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	79	20/05/2022 08:06:50 JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>79.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2766515IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf Público</div>			
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CLEUDIANNE DA SILVA BORGES) em 12/05/2022 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 76) JUNTADA DE LAUDO (02/05/2022) e ao evento de expedição seq. 77.	SISTEMA CNJ
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CLEUDIANNE DA SILVA BORGES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 76) JUNTADA DE LAUDO (02/05/2022)	TAIRINY TAMIRES BAIÁ DA SILVA Estagiária
<input type="checkbox"/>	76	02/05/2022 09:25:30 JUNTADA DE LAUDO	TAIRINY TAMIRES BAIÁ DA SILVA Estagiária
<input type="checkbox"/>	75	17/03/2022 11:35:14 LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 07/02/2022 - Referente ao evento de expedição (seq. 66) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (01/02/2022 13:42:59)	TAIRINY TAMIRES BAIÁ DA SILVA Estagiária
	74	24/02/2022 11:43:20 HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 04/06/2022 (100 dias)	LETICIA DA SILVA SANTOS Estagiária
	73	24/02/2022 11:38:41 REMOÇÃO DE HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito: NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO	LETICIA DA SILVA SANTOS Estagiária
	72	24/02/2022 11:31:58 HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO habilitado até 04/06/2022 (100 dias)	LETICIA DA SILVA SANTOS Estagiária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08281597320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEUDIANNE DA SILVA BORGES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 18 de maio de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR